



Relatório de Controle Interno Acompanhamento da execução do Plano de Ação 2026 – Comitê de Investimentos – 2º Trimestre de 2026

Processo IPMU/004/2026



Relatório de Controle Interno

Acompanhamento da execução do Plano de Ação 2026 – Comitê de Investimentos – 2º Trimestre de 2026

Processo	IPMU 104/2026
Período analisado	1º de abril a 30 de junho de 2026
Objeto	Gestão dos investimentos e execução do Plano de Ação 2026 no âmbito do Comitê de Investimentos
Base normativa	Resolução CMN nº 5.272/2025; Portaria MTP nº 1.467/2022; Lei Municipal nº 2.650/2005; Política Anual de Investimentos 2026 (Processo IPMU/132/2025); Plano de Ação 2026 (Processo IPMU/142/2025); Manual do Pró-Gestão RPPS – Nível III
Unidade responsável	Controle Interno
Data de emissão	15 de julho de 2026

1. Introdução

O presente Relatório de Controle Interno tem por finalidade analisar e acompanhar a execução das ações previstas no Plano de Ação 2026 do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, bem como avaliar, no âmbito do segundo trimestre de 2026, aspectos relacionados à gestão dos investimentos, à governança e aos controles adotados pelo colegiado.

A análise foi realizada com base na documentação disponibilizada para exame, compreendendo atas das reuniões, relatórios da consultoria de investimentos, painéis de risco e enquadramento, estudo de gestão de ativos e passivos (ALM) e demais documentos relacionados ao período. As conclusões apresentadas refletem o conteúdo das evidências documentais analisadas e limitam-se ao escopo deste relatório.

Constituem objetivos deste relatório verificar a aderência das deliberações e da execução da carteira às diretrizes da Política Anual de Investimentos de 2026; analisar, no âmbito da documentação examinada, a observância das normas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social, especialmente da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Portaria MTP nº 1.467/2022; avaliar as deliberações do Comitê sob a perspectiva da governança, da gestão de riscos e do acompanhamento do Plano de Ação; e identificar oportunidades de aperfeiçoamento que contribuam para o fortalecimento dos controles internos e da gestão previdenciária.

1.1. Fontes documentais

Documento	Conteúdo examinado
Plano de Ação 2026 (IPMU/142/2025)	Plano de Ação e Trabalho dos órgãos colegiados, aprovado em 15/12/2025, com as 42 atividades mensais do Comitê de Investimentos, calendário de reuniões e atividades específicas do período de novembro a dezembro
Atas do Comitê de Investimentos	Sessões de 06/04/2026 (apresentação institucional do Banco do Brasil), 15/04/2026 (estudo de fundos de vértice — IPMU/019/2026 — e relatório financeiro de março), 18/05/2026 (relatório financeiro de abril), 18/06/2026 (estudo ALM) e 22/06/2026 (relatório financeiro de maio)
Relatórios Consultoria Financeira – 2º Trimestre de 2026	Estudo ALM elaborado pela LEMA Economia & Finanças; painéis consolidados de abril a junho; relatórios mensais de investimentos, risco de mercado, aderência a benchmarks e à Política de Investimentos; panoramas econômicos

**Relatório de Controle Interno – 1º Trimestre (IPMU/004/2026)**

Referência estrutural, comparativa e de linguagem

Registro de escopo. Os balancetes, o DAIR, os demonstrativos do CADPREV, as APRs e os arquivos do AUDESP são referenciados nas atas por número de processo, tendo sido objeto de análise pelo Comitê. As conclusões a eles relativas limitam-se, portanto, à verificação da regularidade do fluxo de submissão e análise.

2. Importância do Acompanhamento e do Controle Interno

O acompanhamento sistemático das atividades e deliberações do Comitê de Investimentos constitui importante instrumento de governança previdenciária, contribuindo para o monitoramento da execução do Plano de Ação, para a mitigação de riscos, para o fortalecimento dos controles internos e para o aprimoramento do processo decisório baseado em evidências documentais.

No âmbito de suas atribuições, o Controle Interno realiza o acompanhamento da conformidade dos procedimentos adotados com a Resolução CMN nº 5.272/2025, a Portaria MTP nº 1.467/2022, a Política Anual de Investimentos de 2026, o Plano de Ação 2026 e os demais normativos aplicáveis ao RPPS, verificando a existência de documentação de suporte às deliberações, a observância dos procedimentos estabelecidos e a aderência das atividades desenvolvidas aos instrumentos de planejamento institucional.

A Resolução CMN nº 5.272/2025 reforçou a importância da governança, da adequada fundamentação técnica das decisões de investimento e da documentação que as suporta. Nesse contexto, a atuação do Controle Interno possui caráter preventivo e orientativo, buscando avaliar a conformidade dos procedimentos adotados, identificar oportunidades de aperfeiçoamento e contribuir para o fortalecimento da governança, da transparência e da gestão dos investimentos do Instituto.

3. Reuniões e Participantes

No trimestre foram realizadas cinco reuniões do Comitê de Investimentos, todas formalizadas por atas circunstanciadas, o que assegura rastreabilidade, transparência e validade dos atos deliberativos. O número supera as três sessões previstas no calendário do Plano de Ação para o período, em razão da convocação de duas reuniões temáticas de conteúdo estratégico.

Data	Previsão	Objeto principal
06/04/2026	Adicional	Apresentação institucional do Banco do Brasil; análise do cenário macroeconômico, da carteira, do desempenho dos fundos, dos riscos e das diretrizes de curto, médio e longo prazo
15/04/2026	17/04/2026	Análise técnica de viabilidade de migração parcial de fundos DI para fundos de vértice (IPMU/019/2026); relatório financeiro de março/2026
18/05/2026	15/05/2026	Relatório financeiro de abril/2026 e deliberações de estratégia de curto prazo
18/06/2026	Adicional	Apresentação, discussão e acolhimento do Estudo de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) – LEMA Economia & Finanças
22/06/2026	15/06/2026	Relatório financeiro de maio/2026 e deliberações de estratégia de curto prazo

Fonte: atas do Comitê de Investimentos e item 4.5 do Plano de Ação 2026 (IPMU/142/2025).

Participaram como membros do Comitê: Fernando Augusto Matsumoto (Diretor Financeiro, responsável pela secretaria dos trabalhos e lavratura das atas), Flávio Bellard Gomes, Lucas Gustavo Ferreira Castanho, Marcelo da Cruz Lima e Sirleide da Silva (Presidente do IPMU), todos detentores de certificação profissional compatível com a estrutura de governança exigida. Registrou-se, em todas as sessões, a presença



do Gestor de Recursos Wellington Diniz, do Diretor Administrativo Antonio Marques de Oliveira e da Diretora de Seguridade e Benefícios Karen Sonoyo Yamamoto.

Nas sessões de 06/04/2026 e 18/06/2026 verificou-se quórum ampliado, com participação de membros do Conselho Fiscal (Antônio Carlos Berti Gomes e Cícero José de Jesus Assunção), do Conselho Deliberativo (Jacqueline Silveira Pereira Conceição), de representantes da Diretoria Executiva (Bruno Hanazaki Miranda e Marcia Conceição Fernandes Famadas Rolim) e de agentes externos — os representantes do Banco do Brasil Ricardo Garutti Gomes Andreatta e Luiz Eduardo Kazok Michelin e os consultores da LEMA Bruna Araújo, Felipe Mafuz e Fernanda Fiorelli. A presença simultânea dos órgãos de deliberação e fiscalização nas sessões de conteúdo estratégico evidencia integração da governança e segregação adequada entre as funções de proposição técnica, deliberação e fiscalização, em linha com os requisitos do Pró-Gestão RPPS – Nível III.

4. Análise de Riscos e Controles

O Comitê, realizou o monitoramento contínuo e estruturado dos principais riscos da carteira, com base em indicadores quantitativos, relatórios técnicos especializados e análises de cenário macroeconômico, em conformidade com os itens 4 e 9 a 12 do Plano de Ação 2026.

Indicador da carteira	Mar/2026	Abr/2026	Mai/2026	Jun/2026	Leitura
VaR – mês	0,75%	0,64%	0,60%	0,59%	Redução
VaR – 12 meses	2,61%	2,22%	2,08%	2,04%	Redução
Volatilidade – mês	0,25%	0,18%	0,17%	0,13%	Redução
Volatilidade – 12 meses	1,04%	0,81%	0,75%	0,72%	Redução
Drawdown – 12 meses	0,26%	0,14%	0,12%	0,12%	Redução
Índice de Sharpe – 12 meses	0,61	0,45	-0,29	-0,11	Atenção
Índice de Treynor – 12 meses	0,16	0,12	-0,07	-0,03	Atenção
Rentabilidade – 12 meses		15,19%	14,54%	14,70%	Estável

Fonte: Relatórios de Risco de Mercado de abril, maio e junho de 2026 e ata de 15/04/2026 quanto aos indicadores de março/2026.

Os relatórios de risco analisados evidenciam redução dos indicadores de risco absoluto ao longo do trimestre, com o VaR mensal passando de 0,75% para 0,59% e a volatilidade em doze meses de 1,04% para 0,72%. Também se verificou que os índices de Sharpe e Treynor, apurados no horizonte de doze meses, passaram a apresentar resultados negativos a partir de maio, refletindo desempenho inferior da carteira em relação ao ativo de referência ajustado ao risco no período analisado.

Conforme registrado nos relatórios técnicos e nas discussões realizadas pelo Comitê de Investimentos, tais indicadores foram objeto de acompanhamento durante o trimestre, não sendo identificados elementos que evidenciassem exposição a riscos incompatíveis com a Política Anual de Investimentos ou com os limites regulamentares aplicáveis. Recomenda-se, entretanto, a continuidade do monitoramento da relação entre risco e retorno da carteira, especialmente em relação aos segmentos de renda variável e investimentos no exterior, considerando seu potencial impacto sobre os indicadores de desempenho ajustado ao risco.

4.1. Demais riscos monitorados

- **Risco de crédito.** Conforme os relatórios analisados, a carteira não registrou alocação direta em fundos de crédito privado, debêntures ou direitos creditórios durante o trimestre, mantendo participação de 0,00% nesses segmentos. Verificou-se, contudo, a ocorrência de evento de crédito indireto decorrente



do rebaixamento do rating de debêntures da Raízen, que compõem aproximadamente 0,02% do patrimônio líquido do fundo Itaú Institucional FI RF Ref DI. Em razão desse evento, o fundo tornou-se temporariamente inelegível para novos aportes de RPPS, situação acompanhada pelo Comitê de Investimentos e detalhada no item 6.4.

- **Risco de liquidez.** Em 30/06/2026, 93,33% dos recursos (R\$ 628.950.537,75) encontravam-se aplicados em ativos com prazo de resgate de até trinta dias, enquanto 6,67% (R\$ 44.954.708,90) possuíam prazo entre trinta e um e cento e oitenta dias. As atas e os relatórios demonstram que o Comitê acompanhou periodicamente os indicadores de liquidez, os quais se mostraram compatíveis com as necessidades de pagamento dos benefícios previdenciários. Observou-se, entretanto, que os painéis gerenciais utilizam critérios distintos para classificação da liquidez — prazo de resgate contratual e prazo de carência —, razão pela qual recomenda-se a padronização e a explicitação do critério adotado nos relatórios.
- **Risco de solvência.** O Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos (ALM), apresentado ao Comitê em 18/06/2026, concluiu que o regime permanece solvente no horizonte analisado, considerando o alcance da rentabilidade real mínima projetada de 5,06% ao ano e razão de solvência igual ou superior à unidade nos cenários simulados. O tema é detalhado no item 6.5 deste relatório.
- **Risco reputacional e de conformidade.** No âmbito da documentação analisada, não foram identificados registros de apontamentos de órgãos de controle externo, sanções administrativas ou outras ocorrências que evidenciassem impacto reputacional para o Instituto durante o período. Permaneceram registrados dois desenquadramentos passivos relacionados ao § 2º do art. 19 da Resolução CMN nº 5.272/2025, ambos abrangidos pela regra de transição e acompanhados pelo Comitê de Investimentos, conforme descrito no item 6.4.

Ao término do trimestre, verificou-se que a carteira permaneceu enquadrada nos limites regulamentares e na Política Anual de Investimentos, conforme evidenciado nos relatórios de enquadramento e de aderência analisados. No escopo da documentação examinada, não foram identificadas situações que demandassem medidas extraordinárias de gestão, sem prejuízo da continuidade do acompanhamento dos indicadores de risco e da implementação das deliberações ainda em andamento.

5. Acompanhamento do Plano de Ação 2026

A verificação tomou por referência o Plano de Ação e Trabalho para o exercício de 2026 (Processo IPMU/142/2025), aprovado em 15/12/2025, que estabelece, no item 4.3, quarenta e duas atividades mensais do Comitê de Investimentos, organizadas em cinco blocos temáticos. As atividades específicas do item 4.4 — definição e revisão da Política de Investimentos — têm execução prevista para o período de novembro a dezembro e não integram o escopo deste trimestre.

Bloco / itens	Evidência documental localizada	Referência	Situação
I – Monitoramento e Acompanhamento (itens 1 a 6)	Análise mensal dos Relatórios de Investimentos, de Carteira, de Execução da Política de Investimentos, de Risco de Mercado, de Risco de Desenquadramento e de Aderência aos Benchmarks, referentes a março, abril e maio de 2026, com acompanhamento de rentabilidade, indicadores mensais e de doze meses, riscos e aderência à Política. O monitoramento do patrimônio líquido dos fundos e da participação de	IPMU/003/2026; atas de 15/04, 18/05 e 22/06/2026	Executado



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba - IPMU

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

Rua Paraná, 408 – Centro – Ubatuba – São Paulo – CEP 11.690-400

Tel/Whatsapp: (12) 3833-3044 Site: www.ipmu.com.br - E-mail: ipmu@ubatuba.sp.gov.br

	RPPS consta dos quadros de enquadramento ao art. 19, § 2º		
II – Análises Técnicas e Quantitativas (itens 7 a 16)	As atas relacionam nominalmente os relatórios de riscos e controles analisados em cada sessão, abrangendo análise de dispersão, liquidez, Sharpe, VaR, volatilidade, correlação, drawdown, histograma, janela móvel de retorno e de volatilidade, ranking de AUM e captação, rating e risco versus retorno por ativo e por segmento, além da análise conjuntural de mercado e das variáveis macroeconômicas	IPMU/003/2026; atas de 15/04, 18/05 e 22/06/2026	Executado
III – Alocação, Enquadramento e Estratégia (itens 17 a 22)	Painéis de aplicações por enquadramento, por estratégia, por gestor e por segmento, com avaliação dos limites em abril, maio e junho. A definição e a revisão das estratégias de alocação (item 21) foram objeto de duas deliberações estruturantes: o estudo de migração para fundos de vértice e o acolhimento do Estudo ALM, cujas diretrizes orientarão as futuras revisões da Política de Investimentos	Relatórios Consultoria; atas de 15/04 e 18/06/2026	Executado
IV – Credenciamento e Governança (itens 23 a 26)	A avaliação da estrutura de gestão e a proposição de aprimoramentos (item 25) e o acompanhamento do desempenho histórico da carteira (item 26) encontram-se plenamente evidenciados no Estudo ALM e nos painéis de evolução patrimonial. Quanto ao credenciamento de fundos e de instituições financeiras (itens 23 e 24), não foram localizados, no período, processos de credenciamento ou recredenciamento, o que é coerente com a estabilidade da carteira — onze fundos e seis instituições ao longo de todo o trimestre, sem novas alocações	Ata de 18/06/2026; Relatórios Consultoria	Em Execução
V – Relatórios, Gráficos e Instrumentos de Controle (itens 27 a 42)	Os relatórios da Consultoria Financeira reúnem gráficos de desvio-padrão e drawdown, lâminas comparativas e por ativo, planilhas de correlação, de risco versus retorno e de distribuição da carteira, planilhas consolidadas por extrato, relatórios gerenciais mensais, o Relatório de Acompanhamento da Meta Atuarial nos horizontes mensal, anual, de três, seis, doze, vinte e quatro e trinta e seis meses, e a apuração do resultado dos investimentos por estratégia, por fundo e por gestor. A comparação entre resultado atuarial e resultado financeiro (item 34) consta do Estudo ALM e do painel de metas	IPMU/003/2026; Relatórios Consultoria	Executado
Calendário de reuniões (item 4.5)	Realizadas cinco sessões, número superior às três previstas, com preservação da periodicidade mensal. As datas efetivas divergiram das programadas em razão da convocação de sessões temáticas e de ajustes de agenda	Atas do trimestre; item 4.5 do IPMU/142/2025	Executado

Fonte: Plano de Ação 2026 (IPMU/142/2025), atas do trimestre e Relatórios Consultoria Financeira. Situação atribuída mediante prova documental.

5.1. Deliberações estratégicas e estágio de implementação

Além das atividades mensais programadas, o Comitê adotou, no trimestre, deliberações de natureza estruturante cujo acompanhamento merece registro específico, dado que a fase de implementação se estende para além do período analisado:

Deliberação	Situação verificada nos documentos	Estágio
Gestão de liquidez para custeio da folha de aposentados e pensionistas	Utilização do Fundo Santander Renda Fixa Títulos Públicos como reserva de liquidez imediata, deliberada por unanimidade e reiterada nas duas sessões de análise financeira	Implementada



Manutenção monitorada das posições em renda variável e no exterior	Deliberação pela manutenção com acompanhamento sistemático, sem novas alocações; a evolução da carteira confirma ausência de novas aplicações nos segmentos	Implementada
Plano de Ação de adequação ao art. 19, § 2º, da Resolução CMN nº 5.272/2025	Continuidade deliberada em ambas as sessões financeiras; os painéis de enquadramento confirmam a manutenção da vedação a novos aportes nos veículos afetados, dentro do prazo da regra de transição	Em curso
Migração parcial de fundos DI para fundos de vértice (IPMU/019/2026)	Viabilidade aprovada por unanimidade em 15/04/2026, condicionada à obtenção de cotações atualizadas e à atualização do Parecer do Gestor de Recursos. Não foram localizados, nos documentos analisados, o parecer atualizado ou o reporte previsto para as reuniões subsequentes; a alocação em fundos de vértice manteve-se estável, de 16,85% em abril para 16,76% em junho	Aguardando reporte
Plano de Ação de aquisição de títulos públicos federais (IPMU/123/2025)	Continuidade deliberada em 18/05 e 22/06/2026. O painel de títulos do trimestre registra saldo de R\$ 0,00 e o Relatório de Aderência à Política de Investimentos de junho registra 0,00% na rubrica de Títulos do Tesouro Nacional (art. 7º, II), frente a alocação-alvo de 20,00%. O Estudo ALM identifica esse mesmo item como o principal desvio em relação à carteira ótima recomendada	Aguardando reporte

Fonte: atas do trimestre e Relatórios da Consultoria Financeira – 2º Trimestre de 2026.

A análise da documentação encaminhada evidencia que as atividades previstas para o período no Plano de Ação foram desenvolvidas e registradas por meio das atas das reuniões e dos documentos de suporte examinados. Verificou-se a realização das reuniões programadas, bem como o acompanhamento das matérias relacionadas à gestão dos investimentos, em consonância com os instrumentos de planejamento institucional e com as competências atribuídas ao Comitê de Investimentos.

Observou-se, ainda, que duas deliberações relacionadas à estratégia de alocação permaneciam em fase de implementação ao término do trimestre, situação registrada nas atas e compatível com a natureza das medidas deliberadas. Recomenda-se que o Comitê mantenha o acompanhamento formal dessas deliberações, com registro periódico de sua evolução até a conclusão das providências previstas.

No escopo da documentação analisada, não foram identificados elementos que evidenciassem descumprimento dos normativos examinados ou a necessidade de adoção de medidas extraordinárias, sem prejuízo da continuidade do acompanhamento das ações em andamento e do aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de governança e controle.

6. Detalhamento das Reuniões

6.1. Processos administrativos de suporte

Processo	Objeto
IPMU/003/2026	Relatórios de Investimentos, de Carteira, de Execução da Política de Investimentos, de Risco de Mercado, de Risco de Desenquadramento, de Aderência aos Benchmarks e Informativos do Mercado Financeiro; Estudo ALM
IPMU/007/2026	Balancetes de Receita e de Despesa, Boletins de Caixa e Controle Interno de Contabilidade do 1º trimestre
IPMU/014/2026	Demonstrativo Financeiro – CADPREV
IPMU/016/2026	Audesp Financeiro e Audesp Contábil
IPMU/018/2026	Autorizações de Aplicação e Resgate – APR



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

Rua Paraná, 408 – Centro – Ubatuba – São Paulo – CEP 11.690-400

Tel/Whatsapp: (12) 3833-3044 Site: www.ipmu.com.br - E-mail: ipmu@ubatuba.sp.gov.br

IPMU/001/2026	Taxa de administração – competência maio/2026
IPMU/015/2026	Compensação Previdenciária – competência maio/2026
IPMU/033/2026	Demonstrativos Previdenciários da Câmara Municipal, da Prefeitura Municipal e do IPMU
IPMU/019/2026	Estudo de viabilidade de migração parcial de fundos DI para fundos de vértice
IPMU/123/2025	Plano de Ação para aquisição de títulos públicos federais
IPMU/132/2025	Política de Investimentos 2026

Foram analisados cinquenta e dois documentos ao longo do trimestre — dezenove na sessão de 15/04/2026, treze na de 18/05/2026, um na de 18/06/2026 e dezenove na de 22/06/2026 —, distribuídos entre matérias de investimentos e risco (cerca de 44%), matérias financeiro-orçamentárias (cerca de 44%) e matérias de seguridade, governança e controle (cerca de 12%). O volume evidencia regularidade operacional e integração entre a análise da carteira e o acompanhamento do fluxo de caixa previdenciário.

6.2. Governança institucional

- **Consolidação normativa.** Verificou-se, nas atas e nos documentos analisados, que as deliberações do Comitê de Investimentos foram acompanhadas de registros contendo a fundamentação das matérias apreciadas, incluindo análises de cenário econômico, desempenho da carteira, indicadores de risco e enquadramento dos investimentos, em conformidade com os procedimentos adotados pelo colegiado.
- **Pró-Gestão RPPS – Nível III.** Conforme os relatórios da consultoria e a documentação examinada, o IPMU manteve, durante o período analisado, a certificação no Programa Pró-Gestão RPPS – Nível III. Os relatórios também indicam que a carteira permaneceu enquadrada nas condições relacionadas ao nível de certificação, preservando as possibilidades de alocação previstas na regulamentação vigente.
- **Segmentação prudencial.** Os relatórios técnicos analisados indicam que as instituições administradoras e gestoras dos ativos da carteira permaneciam enquadradas nos segmentos S1 ou S2 da classificação estabelecida pelo Banco Central do Brasil, conforme informações apresentadas pela consultoria de investimentos.
- **Base técnica para a revisão da Política de Investimentos.** A apresentação e o acolhimento do Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos (ALM) pelo Comitê de Investimentos constituem importante subsídio técnico para a elaboração da Política Anual de Investimentos de 2027, conforme previsto no Plano de Ação 2026. A documentação examinada demonstra que o estudo passou a integrar as referências técnicas para as futuras deliberações do colegiado.

6.3. Execução financeira e evolução patrimonial

O IPMU encerrou o período com equilíbrio financeiro e solvência. O patrimônio total evoluiu de R\$ 650.646.364,71, ao encerramento do primeiro trimestre, para R\$ 673.905.890,67 em 30/06/2026, com retorno consolidado de R\$ 20.206.981,94 no trimestre, correspondente a rentabilidade de 3,10% frente a meta atuarial trimestral de 3,04%.

Referência	Saldo anterior (R\$)	Saldo final (R\$)	Meta (%)	Rentab. (%)	Gap (p.p.)
Abril/2026	650.646.364,71	657.672.271,21	1,28	1,02	-0,27
Mai/2026	657.672.271,21	663.272.473,69	1,12	1,00	-0,12
Junho/2026	663.272.473,69	673.905.890,67	0,61	1,05	+0,44
2º Trimestre	650.646.364,71	673.905.890,67	3,04	3,10	+0,06
Acumulado 2026	627.742.618,66	673.905.890,67	6,45	6,74	+0,29

Fonte: painéis "Metas – Abril a Junho de 2026" e "Metas – Junho/2026". Meta atuarial do exercício: INPC + 5,76% ao ano. Retorno financeiro: abril R\$ 6.623.311,49; maio R\$ 6.583.867,99; junho R\$ 6.999.802,46; acumulado no exercício R\$ 42.499.381,97.



No acumulado do exercício até 30/06/2026, a carteira registra 6,74% frente a meta de 6,45%. Cabe registrar que o resultado favorável do acumulado foi influenciado de forma relevante pelo desempenho de junho, mês em que o recuo do IPCA (0,16%) reduziu o patamar da meta atuarial para 0,61%, ao passo que abril e maio apresentaram desempenho mensal inferior à meta. A leitura do indicador deve, portanto, considerar o componente inflacionário, ao lado do desempenho da alocação.

- **Nota técnica sobre a competência de maio/2026.** O Relatório de Investimentos de maio registra rentabilidade mensal de 0,94% e acumulada de 5,57%, com retorno de R\$ 6.220.784,14, ao passo que o painel de metas de junho e a ata de 22/06/2026 apresentam, para a mesma competência, 1,00% e R\$ 6.583.867,99. A diferença, de R\$ 363.083,85, decorre de reprocessamento do resultado entre as versões do relatório. Verificou-se a consistência interna de cada versão, não se identificando erro de apuração. Adota-se neste relatório a versão consolidada de junho, por ser a mais recente e por coincidir com o registro em ata. Recomenda-se que reprocessamentos dessa natureza sejam acompanhados de nota explicativa no relatório gerencial, em atenção ao requisito de rastreabilidade dos dados que fundamentam a decisão.
- **Nota de conciliação.** As diferenças entre os totais de carteira e de patrimônio — por exemplo, R\$ 673.905.246,65 e R\$ 673.905.890,67 em 30/06/2026 — correspondem ao saldo de disponibilidades não aplicadas, de R\$ 644,02 na mesma data, não configurando inconsistência.

6.4. Alocação, enquadramento e conformidade

Em 30/06/2026 o patrimônio de R\$ 673.905.246,65 encontrava-se aplicado em onze fundos de investimento — oito com liquidez e três com carência —, distribuídos entre seis instituições financeiras: Caixa (32,13%), Banco do Brasil (24,03%), Bradesco (19,01%), Itaú Unibanco (13,15%), Santander (9,84%) e BTG Pactual (1,85%).

Segmento / enquadramento	Mar/2026	Abr/2026	Jun/2026	Limites da PI
Renda Fixa – art. 7º, I (100% títulos TN)	—	73,37%	73,57%	0 / 40 / 90%
Títulos Tesouro Nacional – art. 7º, II	0,00%	0,00%	0,00%	0 / 20 / 50%
Renda Fixa – art. 7º, V	—	23,93%	23,88%	0 / 20 / 50%
Renda Variável – art. 8º, I	2,33%	2,20%	2,03%	2 / 8 / 20%
Investimentos no Exterior – art. 9º, II	0,49%	0,50%	0,52%	0 / 4 / 10%
Estruturados, imobiliários, crédito privado e FIDC	0,00%	0,00%	0,00%	—

Fonte: painéis "Enquadramentos 5.272 – Abril a Junho de 2026" e Relatórios de Aderência à Política de Investimentos. Limites da PI expressos como inferior / alvo / superior.

Os Relatórios de Aderência à Política de Investimentos de abril, maio e junho demonstram que a totalidade das alocações permaneceu enquadrada nos limites regulamentares e nos parâmetros da Política, não se identificando desenquadramento ativo no período. Por indexador, a carteira encerrou o trimestre com 80,69% em ativos atrelados ao CDI, 16,76% em fundos de vértice indexados ao IPCA, 2,03% no SMLL e 0,52% no MSCI World.

- **Ponto de atenção – margem no segmento de renda variável.** A alocação em fundos de ações encerrou o trimestre em 2,03%, com margem de 0,03 ponto percentual em relação ao limite inferior de 2,00% da Política de Investimentos, em trajetória de recuo decorrente da desvalorização do Caixa Small Caps Ativo FI Ações, único fundo do segmento e atualmente inapto a receber novos aportes por desenquadramento passivo ao § 2º do art. 19. Recomenda-se o registro do monitoramento mensal desse limite e a antecipação da diligência de credenciamento de fundo de ações alternativo e enquadrado, de



modo a preservar a capacidade tempestiva de recomposição — providência que se insere nos itens 23 e 24 do Plano de Ação 2026.

Quanto aos desenquadramentos passivos, os relatórios registram duas situações mantidas ao longo do trimestre, ambas amparadas pela regra de transição e sem exigência de resgate imediato: o Caixa Small Caps Ativo FI Ações, cuja participação de recursos de RPPS no patrimônio líquido supera o limite de 50% (saldo de R\$ 13.699.473,09, ou 2,03% da carteira), e o Itaú Institucional FI RF Ref DI, temporariamente inelegível para novos aportes em razão do rebaixamento do rating das debêntures da Raízen (saldo de R\$ 88.591.636,09, ou 13,15% da carteira). Os painéis de composição confirmam que não houve novos aportes nos veículos afetados, o que evidencia observância efetiva da vedação. A consultoria indicou o Itaú Soberano Resp Limitada FIF CIC Renda Fixa Simples como alternativa viável de realocação; recomenda-se que a matéria seja submetida a deliberação expressa do colegiado, de acolhimento ou de rejeição motivada.

6.5. Estudo de Gestão de Ativos e Passivos (ALM)

A sessão de 18/06/2026 teve por objeto exclusivo a apresentação e a deliberação sobre o Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos elaborado pela LEMA Economia & Finanças, consultoria autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários. O estudo integra modelagem macroeconômica, atuarial e de investimentos, com base na Avaliação Atuarial de 31/12/2025, elaborada pela RTM Consultoria Atuarial, e na posição patrimonial de 30/04/2026.

Parâmetro	Resultado apurado
Massa previdenciária	2.033 servidores ativos, 752 aposentados e 156 pensionistas
Reservas matemáticas / ativos do plano	R\$ 988,6 milhões e R\$ 624,6 milhões, respectivamente, com déficit atuarial de R\$ 364,0 milhões
Plano de Amortização (Lei Municipal nº 4.652/2024)	Valor presente de R\$ 439,3 milhões, superior ao déficit apurado, do que resulta plano equilibrado
Meta de retorno real no longo prazo	5,06% ao ano, equivalente a meta nominal estimada de 10,56% ao ano
Razão de solvência ≥ 1 (1.000 cenários)	100% dos cenários, em todas as dez carteiras da fronteira eficiente
Carteira recomendada (Portfólio 1)	Retorno esperado de 7,70% ao ano, volatilidade de 0,76% e Sharpe de 10,17, com aproximadamente 50% em títulos públicos federais mantidos até o vencimento
Principal desvio em relação à carteira vigente	Ausência de posição em carteira de títulos públicos marcada na curva — 48,12 pontos percentuais —, compensada por sobrealocação equivalente em ativos indexados ao CDI

Fonte: Estudo ALM – Estratégia Integrada de Ativos e Passivos, LEMA Economia & Finanças.

O Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos (ALM) registra que a Avaliação Atuarial e o estudo apresentam resultados distintos em razão das premissas financeiras e das datas-base adotadas, utilizando taxa de desconto de **5,76% ao ano** na Avaliação Atuarial e de **5,06% ao ano** no ALM. O estudo ressalta que ambos os instrumentos possuem caráter complementar e que a manutenção do equilíbrio projetado está condicionada à continuidade do plano de amortização vigente.

Consta da Ata da reunião de 18/06/2026 que o Comitê de Investimentos deliberou, por unanimidade, pelo acolhimento das conclusões do estudo e recomendou a observância de suas diretrizes nas futuras revisões da Política Anual de Investimentos. A documentação analisada demonstra que o estudo passou a integrar os subsídios técnicos considerados pelo Comitê no planejamento das futuras estratégias de investimento e no acompanhamento das ações previstas no Plano de Ação 2026.

Ponto de atenção – Registro da taxa de equilíbrio. Durante a análise documental, verificou-se que a Ata de 18/06/2026 registra, em seu quadro-resumo inicial, taxa real mínima de 4,91% ao ano, enquanto o corpo da deliberação e o Estudo ALM adotam a taxa de 5,06% ao ano. Considerando que esta última



corresponde ao valor utilizado no estudo técnico que fundamentou a deliberação, recomenda-se avaliar a emissão de errata ou apostilamento para uniformização da informação constante da ata, de forma a preservar a consistência documental e a rastreabilidade das informações.

6.6. Cenário macroeconômico

As análises apresentadas nas reuniões do Comitê, com base nos relatórios da consultoria de investimentos, registram um cenário de transição do ciclo monetário doméstico e de persistente incerteza no ambiente econômico internacional. No cenário externo, foram destacados a resiliência da economia norte-americana, a manutenção de política monetária restritiva, a desaceleração da atividade na Zona do Euro, a expansão moderada da economia chinesa e a permanência de tensões geopolíticas no Oriente Médio, com reflexos sobre os mercados financeiros. No cenário doméstico, os relatórios registram crescimento do PIB de 1,1% no primeiro trimestre, redução da taxa de desocupação para 5,8%, desaceleração do IPCA ao final do período e redução da taxa Selic de 15,00% para 14,50% ao ano.

Sob a perspectiva do Controle Interno, verificou-se que essas informações foram objeto de análise pelo Comitê de Investimentos e integraram a fundamentação das deliberações registradas em ata. Na reunião de 06/04/2026, o colegiado examinou as perspectivas para a trajetória da taxa Selic e para o crescimento econômico, registrando entendimento de que o cenário favorecia a manutenção de estratégias em renda fixa, especialmente aquelas vinculadas à curva de juros. Na reunião subsequente, esse contexto foi considerado na análise da possibilidade de migração parcial para fundos de vértice, evidenciando coerência entre as discussões realizadas e as deliberações adotadas.

7. Análise Quantitativa Consolidada

O quadro a seguir sintetiza, por competência de referência, os elementos analisados em cada sessão do Comitê, permitindo a leitura integrada da evolução patrimonial, do desempenho, da composição e do risco ao longo do trimestre.

Elemento	Março/2026 (ata de 15/04)	Abril/2026 (ata de 18/05)	Maió/2026 (ata de 22/06)
Patrimônio da carteira	R\$ 650.646.364,71	R\$ 657.669.676,20	R\$ 663.271.544,19
Meta atuarial mensal	1,38%	1,28%	1,12%
Rentabilidade do mês	1,11%	1,02%	1,00%
Acumulado do exercício (rentab. / meta)	3,53% / 3,31%	4,59% / 4,63%	5,63% / 5,80%
Retorno financeiro do mês	R\$ 7.147.795,90	R\$ 6.623.311,49	R\$ 6.583.867,99
Renda fixa	97,18%	97,30%	97,38%
Renda variável / exterior	2,33% / 0,49%	2,20% / 0,50%	2,10% / 0,52%
Fundos referenciados ao CDI	80,38%	80,45%	80,54%
Fundos de vértice (2026 e 2027)	16,80%	16,85%	16,84%
Liquidez em até 30 dias	82,20%	93,32%	93,30%
Deliberações	Viabilidade da migração para fundos de vértice; cinco medidas de estratégia de curto prazo	Reiteração das cinco medidas de estratégia de curto prazo	Reiteração das cinco medidas de estratégia de curto prazo

Fonte: atas de 15/04/2026, 18/05/2026 e 22/06/2026 e Relatórios Consultoria Financeira. Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade.



7.1. Desempenho por ativo no trimestre

Ativo	Abr (%)	Mai (%)	Jun (%)	Trim. (%)
Bradesco FI Financeiro RF Estratégia XXVI – RL	1,46	1,10	1,15	3,75
Caixa Brasil 2026 X Títulos Públicos FIF RF RL	1,45	1,09	1,15	3,74
Bradesco Premium FI RF Ref DI	1,08	1,13	1,14	3,38
Itaú Institucional FI RF Ref DI	1,09	1,10	1,13	3,35
BB Títulos Públicos FI RF Ref DI	1,08	1,08	1,11	3,31
BTG Pactual Tesouro Selic FI RF Ref DI	1,07	1,06	1,10	3,27
Caixa Brasil TP FI RF LP	1,09	1,06	1,07	3,25
Caixa Brasil Especial 2027 TP FI Financeiro RF – RL	1,22	-1,62	0,64	3,21
Santander Renda Fixa Ref DI TP Premium FIC FI	1,03	1,03	1,03	3,12
Caixa Multigestor Global Equities IE FIC Multimercado	2,32	4,72	1,89	9,18
Caixa Small Caps Ativo FI Ações	-4,55	-3,88	-1,66	-9,77
Carteira consolidada	1,02	1,00	1,05	3,10

Fonte: painéis "Rentabilidade dos ativos" e "Carteira – Abril a Junho de 2026".

Os relatórios de desempenho demonstram que, no segundo trimestre de 2026, o resultado positivo da carteira decorreu predominantemente do desempenho dos ativos de renda fixa. Destacaram-se os fundos de vértice com vencimento em 2026 e os fundos referenciados ao CDI, que apresentaram desempenho positivo no período, conforme registrado nos relatórios da consultoria de investimentos.

No segmento de renda variável, o fundo **Caixa Small Caps Ativo FI Ações** apresentou resultado **negativo** no trimestre, com variação de R\$ 1.484.199,41, enquanto o Caixa Multigestor Global Equities registrou resultado **positivo** de R\$ 292.976,94, conforme demonstrativos de rentabilidade analisados.

As atas das reuniões evidenciam que o Comitê de Investimentos deliberou pela manutenção das posições em ambos os fundos, fundamentando a decisão na estratégia de diversificação da carteira, na reduzida representatividade desses ativos no patrimônio total e na perspectiva de investimento de médio e longo prazo apresentada nos relatórios técnicos. Não foram identificadas deliberações relativas ao encerramento integral de posições durante o período analisado.

7.2. Posição de encerramento (base: junho/2026)

O relatório com competência de referência em junho/2026, cuja análise formal pelo Comitê ocorrerá na reunião subsequente ao encerramento do trimestre. Os dados são registrados por constituírem a posição de fechamento do período auditado: patrimônio total de R\$ 673.905.890,67; rentabilidade mensal de 1,05% frente a meta de 0,61%; acumulado do exercício de 6,74% frente a meta de 6,45%; composição de 97,45% em renda fixa, 2,03% em renda variável e 0,52% no exterior; VaR de 0,59% no mês e 2,04% em doze meses.

7.3. Síntese do trimestre

- Crescimento patrimonial contínuo, de R\$ 650.646.364,71 para R\$ 673.905.890,67, com retorno financeiro de R\$ 20.206.981,94;
- Rentabilidade trimestral de 3,10% frente a meta de 3,04% e acumulada no exercício de 6,74% frente a meta de 6,45%;



- Desempenho mensal inferior à meta em abril e maio, com reversão em junho, influenciada pela desaceleração do IPCA;
- Perfil conservador reforçado ao longo do período, alcançando 97,45% em renda fixa, com 93,33% dos recursos resgatáveis em até trinta dias;
- Redução consistente dos indicadores de risco absoluto, acompanhada de deterioração dos indicadores de eficiência ajustada ao risco;
- Integral enquadramento às classes e limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 e da Política de Investimentos, mantidos dois desenquadramentos passivos sob a regra de transição;
- Realização e acolhimento unânime do Estudo ALM, com projeção de solvência em 100% dos cenários simulados.

8. Análise Técnica e Parecer

A análise das atas, relatórios técnicos e demais documentos do período demonstra que o Comitê de Investimentos realizou regularmente suas reuniões, deliberou sobre as matérias previstas no Plano de Ação e manteve registros documentais das decisões adotadas. Verificou-se a apresentação de informações técnicas relacionadas ao cenário econômico, ao desempenho da carteira, aos indicadores de risco, ao enquadramento dos investimentos e aos estudos utilizados para subsidiar as deliberações, bem como a interação institucional entre o Comitê, a Diretoria Executiva e os Conselhos Deliberativo e Fiscal nos assuntos submetidos à sua apreciação.

No período analisado, as deliberações registradas em ata foram aprovadas por unanimidade. Os documentos evidenciam que a carteira apresentou desempenho inferior à meta atuarial nos meses de abril e maio, superando-a no mês de junho e no acumulado do exercício. Os relatórios da consultoria indicam que o desempenho observado decorreu, predominantemente, dos investimentos em renda fixa, especialmente dos ativos atrelados ao CDI e dos fundos de vértice indexados ao IPCA.

Sob a perspectiva do Controle Interno, verificou-se que as decisões do Comitê permaneceram fundamentadas em documentação técnica, com registro das discussões e das motivações apresentadas para as estratégias adotadas. As atas demonstram que o colegiado acompanhou a evolução do cenário econômico e seus possíveis impactos sobre a carteira, utilizando essas informações como subsídio para as deliberações relacionadas à Política de Investimentos e à gestão dos recursos previdenciários.

No escopo da documentação analisada, não foram identificados elementos que evidenciassem irregularidades na condução das reuniões, conflitos de interesse registrados, desvios de finalidade ou descumprimento dos normativos examinados. Permanecem, entretanto, as recomendações constantes deste relatório quanto ao acompanhamento das deliberações ainda em implementação, à padronização dos registros documentais e ao monitoramento contínuo dos indicadores de risco, liquidez e enquadramento, em consonância com as boas práticas de governança e controle interno.

8.1. Pontos de atenção e oportunidades de aprimoramento

Em cumprimento à função orientativa e preventiva do Controle Interno, apresentam-se, a seguir, os principais pontos de atenção identificados no decorrer da análise, acompanhados das respectivas recomendações de aperfeiçoamento. As situações registradas possuem natureza preventiva e visam ao fortalecimento dos controles internos, da governança e da rastreabilidade das informações, não tendo sido



identificados, no escopo da documentação analisada, elementos que evidenciassem irregularidades, descumprimento dos normativos examinados ou desenquadramentos ativos que demandassem a adoção de medidas extraordinárias. A implementação das recomendações poderá contribuir para o aperfeiçoamento contínuo dos processos de governança e controle do Comitê de Investimentos.

Nº	Ponto de atenção	Recomendação	Prazo
01	Estágio de implementação do Plano de Ação de aquisição de títulos públicos federais (Processo IPMU/123/2025).	Apresentar ao Comitê relatório atualizado sobre o estágio de execução, contendo cronograma, responsáveis e eventuais obstáculos operacionais, ou manifestação fundamentada quanto à revisão da estratégia.	Próxima reunião
02	Encargos definidos na deliberação de 15/04/2026 (Processo IPMU/019/2026).	Recomenda-se o reporte formal do andamento da matéria, com juntada das cotações, atualização do Parecer do Gestor de Recursos ou registro da motivação para eventual pendência.	Próxima reunião
03	Alocação em renda variável próxima ao limite mínimo previsto na Política de Investimentos.	Manter acompanhamento periódico da alocação e avaliar, quando pertinente, alternativas de investimento compatíveis com a Política de Investimentos e com o Plano de Ação.	Próxima reunião
04	Recomendação da consultoria acerca da realocação dos recursos do Itaú Institucional FI RF Ref DI.	Submeter a matéria à apreciação do Comitê, com registro em ata da manifestação fundamentada sobre a recomendação apresentada.	Próxima reunião
05	Reprocessamento do resultado da competência de maio/2026 entre versões do relatório gerencial, sem nota explicativa	Solicitar que futuras revisões de informações anteriormente divulgadas sejam acompanhadas de nota explicativa nos relatórios gerenciais.	Trimestre seguinte
06	Registro divergente da taxa real de equilíbrio na ata de 18/06/2026 (4,91% e 5,06% ao ano)	Avaliar a emissão de errata ou apostilamento para uniformizar a informação constante da ata com o Estudo ALM.	Trimestre seguinte

9. Conclusão Técnica Final

A análise da documentação referente ao segundo trimestre de 2026 permitiu verificar que o Comitê de Investimentos realizou regularmente suas reuniões, apreciou as matérias previstas no Plano de Ação 2026 e registrou suas deliberações em atas acompanhadas da documentação técnica pertinente.

Os documentos examinados demonstram que a carteira apresentou evolução patrimonial no período, passando de **R\$ 650.646.364,71** para **R\$ 673.905.890,67**, bem como superação da meta atuarial no acumulado do exercício. Os relatórios técnicos também registram redução dos indicadores de risco absoluto, manutenção do enquadramento da carteira nos limites regulamentares e da Política Anual de Investimentos, além da utilização do Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos (ALM) como subsídio às discussões relacionadas ao planejamento de longo prazo.

Quanto ao Plano de Ação 2026 (Processo IPMU/142/2025), verificou-se que as atividades previstas para o Comitê de Investimentos foram desenvolvidas no período analisado e encontram respaldo na documentação examinada, ressalvadas as deliberações relacionadas às estratégias de alocação estruturante, que permaneciam em fase de implementação ao encerramento do trimestre, recomendando-se a continuidade do acompanhamento de sua execução.



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

Rua Paraná, 408 – Centro – Ubatuba – São Paulo – CEP 11.690-400

Tel/Whatsapp: (12) 3833-3044 Site: www.ipmu.com.br - E-mail: ipmu@ubatuba.sp.gov.br

No escopo da documentação analisada, **não foram identificados elementos que evidenciassem desenquadramentos ativos em relação à Resolução CMN nº 5.272/2025 ou à Política Anual de Investimentos, tampouco situações que demandassem a adoção de medidas extraordinárias pela gestão.** Permanecem, entretanto, oportunidades de aperfeiçoamento relacionadas ao acompanhamento de deliberações em implementação, à padronização de registros documentais e ao monitoramento contínuo de indicadores gerenciais, consolidadas no item 8 deste relatório.

Recomenda-se o encaminhamento do presente relatório ao Comitê de Investimentos, à Diretoria Executiva, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal, para ciência e adoção das providências que entenderem pertinentes, bem como sua disponibilização em transparência ativa, em observância aos princípios da publicidade e da transparência da gestão previdenciária.

Ubatuba, 15 de julho de 2026.

Lucas Gustavo Ferreira Castanho

Responsável pelo Controle Interno
Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU

De acordo

Flávio Bellard Gomes

Presidente do Conselho de Administração do Instituto de
Previdência Municipal de Ubatuba

Antônio Carlos Berti Gomes

Presidente do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência
Municipal de Ubatuba

Ciente

Sirleide da Silva

Presidente do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba